

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ¹ Decreto-Lei n° 4.657 de 4 de setembro de 1942	Einführungsgesetz in die Vorschriften des brasilianischen Rechts Gesetzesdekret Nr. 4'657 vom 4. September 1942
¹ Das Gesetz hiess bis Ende 2010 Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Einführungsgesetz ins brasilianische Zivilgesetzbuch). Durch Gesetz Nr. 12'376 vom 30.12.2010 wurde es umbenannt. Da sich noch keine neue Abkürzung eingebürgert hat, wird hier weiterhin LICC verwendet.	
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:	Der Präsident der Republik erlässt gestützt auf die ihm durch Art. 180 der Verfassung erteilte Befugnis:
Art. 1° Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. § 1° Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada. § 2° ¹ § 3° Se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação do seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação. § 4° As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.	Art. 1 Mangels gegenteiliger Anordnung tritt das Gesetz fünf- und vierzig Tage nach seiner offiziellen Publikation im ganzen Land in Rechtskraft. 1. §: Die Verbindlichkeit des brasilianischen Gesetzes beginnt im Ausland, wenn es zugelassen ist, dreissig Tage nachdem es offiziell publiziert ist. 2. §: (aufgehoben). 3. §: Falls vor dem Eintritt der Rechtskraft des Gesetzes eine neue Publikation seines Textes als Korrektur erfolgt, so beginnt die Frist gemäss diesem Artikel und der vorangehenden Absätze mit der neuen Publikation. 4. §: Korrekturen am Gesetzestext, der bereits in Rechtskraft erwachsen ist, gelten als neuer Erlass.
¹ Aufgehoben durch Gesetz Nr. 12'036 vom 1.10.2009.	
Art. 2° Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 1° A lei posterior revoga anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. § 2° A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior. § 3° Salvo disposição em contrário, a lei revogado não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.	Art. 2 ¹ Sofern nicht als befristet erlassen, hat das Gesetz Rechtskraft bis es durch ein anderes geändert oder aufgehoben wird. 1. §: Das neuere Gesetz hebt das ältere auf, wenn dies ausdrücklich erklärt wird, als es mit diesem unvereinbar ist, oder wenn es die gleiche Materie wie das ältere umfassend regelt. 2. §: Ein neues Gesetz, welches allgemeine oder spezielle Regelungen einem bestehenden zur Seite stellt, hebt das ältere Gesetz weder auf, noch ändert es dies. 3. §: Mangels gegenteiliger Anordnung tritt ein ausser Kraft gesetztes Gesetz nicht wieder in Rechtswirksamkeit, wenn das aufhebende Gesetz seine Rechtskraft verliert.
¹ Siehe aber bezüglich des Código Civil von 2002 auch Übergangsbestimmungen: Art. 2'043 und 2'045 CC.	
Art. 3° Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.	Art. 3 Die Berufung auf Gesetzesunkenntnis entschuldigt nicht dessen Missachtung.

Kommentar [BW1]: Alguns comentários em português são somente resumos daqueles em alemão; doutrina vide texto em alemão.

Kommentar [BW2]: Até 2010: Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Título mudado pela Lei n° 12.376 de 30.12.2010. Abreviatura aqui ainda LICC.

Kommentar [BW3]: § 2°: Revogado pela Lei n° 12.036/2009.

Kommentar [BW4]: Vide também arts. 2043 e 2045 CC.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>Art. 4° Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.</p>	<p>Art. 4 Falls das Gesetz sich als lückenhaft¹ erweist, so entscheidet der Richter per Analogie,² den Gewohnheiten³ und den allgemeinen Prinzipien des Rechts.</p>
<p>¹ Neben der echten Lücke (lacuna normativa), anerkennt die brasilianische Lehre und Rechtsprechung verschiedene Formen von unechten Lücken: a) wenn die Regel keine soziale Akzeptanz erlangt hat (lacuna ontológica); b) wenn die Anwendung offenkundig unangebracht erscheint und eine Ausnahmeregel fehlt (lacuna axiologische) und c) wenn die Norm mit anderen unvereinbar im Konflikt steht (lacuna de conflito ou antinómia); (Flávio Tartuce, <i>Manual de Direito Civil</i>, editora Método, São Paulo, 2011, S. 12; Diniz, <i>LICC- Interpretada</i>, 9ª ed., Saraiva ed., São Paulo 2002, S. 123 f).</p> <p>² Wenn der Richter zum Schluss kommt, dass eine Gesetzeslücke vorliegt, hat er diese gemäss den Art. 4 und 5 LICC zu füllen, wobei zunächst Analogieschluss zu tragen kommt, wenn eine vergleichbare Regelungsmaterie geregelt ist und die Gesetzgebungsziele vergleichbar sind (Maria Helena Diniz, <i>Código Civil - Anotado</i>, 15ª ed, Saraiva editora, São Paulo 2010, S. 6).</p> <p>³ Gewohnheitsrecht setzt eine Gesetzeslücke, lang andauernde Übung und eine allgemeine Rechtsüberzeugung voraus. Entgegen der schweizerischen Rechtsauffassung ist Gewohnheitsrecht auch ohne Vorhandensein einer Gesetzeslücke (Gewohnheitsrecht contra legem) in Spezialfällen denkbar (Maria Helena Diniz, <i>Código Civil - Anotado</i>, 15ª ed, Saraiva editora, São Paulo 2010, S. 6).</p>	
<p>Art. 5° Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.</p>	<p>Art. 5 Bei der Anwendung des Gesetzes lässt sich der Richter von den sozialen Ziele und den Erfordernisse des Gemeinwohls leiten.</p>
<p>Art. 6°¹ A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>§ 1° Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.</p> <p>§ 2° Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles, cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.</p> <p>§ 3° Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.</p>	<p>Art. 6² Das rechtskräftige Gesetz hat, unter Beachtung vollendeter Rechtshandlungen, erworbener Rechte und abgeurteilter Sachen, sofort allgemeine Wirkung.</p> <p>1. §: Als vollendet wird die Rechtshandlung angesehen, die gemäss dem Recht ausgeübt wurde, welches zum Zeitpunkt der Verwirklichung Gültigkeit hatte.³</p> <p>2. §: Als erworben gelten Rechte, die der Inhaber oder jemand für ihn ausüben kann, als auch solche, deren Ausübungsbeginn von einen Termin, einer unabänderlichen Bedingung oder vom Gutdünken eines anderen abhängt.</p> <p>3. §: Eine entschiedene Sache oder ein abgeurteilter Fall ist ein gerichtliches Urteil gegen das keine Berufung mehr offensteht.⁴</p>
<p>¹ Wortlaut gemäss Gesetz Nr. 3'238 vom 1. August 1957.</p> <p>² Siehe aber auch Übergangbestimmungen: Art. 2'035 CC.</p> <p>³ Ein Entscheid der, in Erwägung der konkreten Umstände des Falles, die Gültigkeit und Wirksamkeit einer bestehenden Allgemeinen Geschäftsbedingung entsprechend dem Ergänzungsgesetz missachtet, verletzt die Verfassungsgarantie des abgeschlossenen Rechtsaktes (vgl. Súmula Vinculante do STF Nr. 1); siehe auch Art 5 Abschnitt XXXVI CF.</p> <p>⁴ Siehe auch Art. 471 und 485 CPC.</p>	

Kommentar [BW5]: A lacuna pode ser ausência total da norma (lacuna normativa), ou na presença de uma norma, quando a aplicação desta não pode ser adequada, porque a norma não tem eficácia social (ontológica), seja obviamente insatisfeitoria (axiológica) ou choque com outras normas (antinómia).

Kommentar [BW6]: Se apresentar-se uma lacuna, pode ser integrada uma regra nos limites dos art. 4°/5° LICC, preliminarmente pela conclusão por analogia.

Kommentar [BW7]: Costume presuppõe uma lacuna, longa prática uniforme e convicção jurídica. Diferentemente da doutrina suíça no Brasil, em casos excepcionais, costume *contra legem* é aceito.

Kommentar [BW8]: Redação dada pela Lei 3.238/1957.

Kommentar [BW9]: Vide também art. 2.035 CC.

Kommentar [BW10]: Ofende a garantia constitutiva do ato jurídico perfeito a decisão que, em ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar n° 110/2001 (Súmula Vinculante do STF, n° 1).

Kommentar [BW11]: Vide também arts. 471 e 485 CPC.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>Art. 7° A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.</p> <p>§ 1° Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirijentes e às formalidades da celebração.</p> <p>§ 2° O casamento de estrangeiros poderá celebra-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.</p> <p>§ 3° Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.</p> <p>§ 4° O regime de bens, legal ou convencional, obdece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e , se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.</p> <p>§ 5° O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros, e dada esta adoção ao competente registro.</p> <p>§ 6° O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de um ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país. O Superior Tribunal de Justiça, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, o requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de que passem a produzir todos os efeitos legais.</p> <p>§ 7° Salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.</p> <p>§ 8° Quando a pessoa não tiver domicílio, consider-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.</p>	<p>Art. 7 Das Gesetz des Landes, in welchem eine Person ihren Wohnsitz hat, bestimmt die Vorschriften über den Beginn und das Ende der Persönlichkeit, den Namen, die Handlungsfähigkeit und die Familienrechte.</p> <p>1. §: Auf die in Brasilien geschlossene Ehe findet brasilianisches Recht in Bezug auf die Ehehindernisse und die Formalitäten der Eheschliessung Anwendung.</p> <p>2. §: Die Ehe von Ausländern kann auch vor diplomatischen oder konsularischen Vertretungen des Landes der beiden Brautleute geschlossen werden.</p> <p>3. §: Wenn die Brautleute verschiedenen Wohnsitz hatten, so bestimmt das Recht des ersten ehelichen Wohnsitzes die Ungültigkeit ihrer Eheschliessung.</p> <p>4. §: Das gesetzliche oder vertragliche Ehegüterrecht richtet sich nach dem Recht des Landes, in welchem die Brautleute Wohnsitz hatten, und, falls dieser verschieden war, nach dem des ersten ehelichen Wohnsitzes.</p> <p>5. §: Der verheiratete Ausländer, der sich in Brasilien einbürgern lässt, kann mit ausdrücklicher Zustimmung des Ehegatten beim Richter beantragen, dass im Dokument über die Aushändigung der Staatsbürgerschaftsurkunde die Annahme des Güterstandes der beschränkten Gütergemeinschaft aufgeführt wird, unter Beachtung der Rechte Dritter und unter Eintragung dieser Annahme im zuständigen Register.</p> <p>6. §: Die im Ausland ausgesprochene Ehescheidung wird, falls einer der Eheleute Brasilianer ist, ein Jahr nach der Urteilsfällung anerkannt, sofern nicht eine gleichlange gerichtliche Trennung vorgegangen ist. In diesem Fall ist die Anerkennung unmittelbar wirksam unter den Vorbehalten, die das Gesetz des Landes, in dem sie ausgesprochen wurde, vorsieht. Das Oberste Bundeszivilgericht kann auf Gesuch des Antragsstellers und gemäss den von seinem internen Reglement vorgesehenen Formen ergangene Anerkennungsentscheide betreffend ausländischer Scheidungen mit dem Ziel überprüfen, dass sie alle rechtlichen Wirkungen entfalten.</p> <p>7. §: Ausgenommen den Fall der Verlassung, erstreckt sich der Wohnsitz des Oberhaupts der Familie auf den anderen Ehepartner und die minderjährigen Kinder und der des Vormunds oder Beistandes auf die Handlungsunfähigen unter seiner Aufsicht.</p> <p>8. §: Falls eine Person keinen Wohnsitz hat, wird sie am Ort ihres gewöhnlichen Aufenthalts oder am Ort, wo sie angetroffen wird, als domiziliert betrachtet.</p>

Kommentar [BW16] : Para efeitos de interpretação da expressão “domicílio” do art. 7o da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, deve ser considerada, nas hipóteses de litígio internacional relativo a criança ou adolescente, a residência habitual destes (CJF, Enunciado nº 408).

Kommentar [BW17] : Sobre adoções vide: Lei nº 8.069/1970 (ECA), as alterações da Lei nº 12.010/2009 e a Convenção de Haya de 1993.

Kommentar [BW12] : Redação dada pela Lei nº 3.238/1957

Kommentar [BW18] : Vide art. 1544 CC.

Kommentar [BW13] : Redação dada pela Lei nº 6.515/1977

Kommentar [BW19] : Não tem muita importância hoje, por que a comunhão parcial de bens é o regime legal (art. 1.640 caput, CC).

Kommentar [BW20] : Como o divórcio direto é permitido sem prazo desde 2010 (Emenda Constitucional nº 66/2010), não necessita-se esperar um ano antes de homologar o divórcio estrangeiro.

Kommentar [BW21] : Vide art. 15 LICC sobre a homologação.

Kommentar [BW14] : Emenda Constitucional nº 45/2004 passou a competência ao STJ.

Kommentar [BW22] : Segundo o projeto-Lei nº 791/2007, no futuro, será possível o divórcio perante o Cônsul brasileiro. Mas na Suíça não será reconhecido este, porque os Consulados na Suíça não são considerados como „país estrangeiro“ no sentido da Lei suíça sobre o Direito Internacional Privado da Suíça.

Kommentar [BW23] : As autoridades brasileiras exigem, muitas vezes, do estrangeiro, antes de casar-se no Brasil, a prévia homologação da sentença de divórcio mesmo que morava sempre fora do país e divorciou-se lá (vide art. 15 LICC).

Kommentar [BW15] : § 6° Redação dada pela Lei nº 12.036/2009.

Kommentar [BW24] : Contradição com art. 226, I, § 3 e § 5, CF e art. 1511 CC: igualdade dos sexos e dos cônjuges.

Kommentar [BW25] : Para estrangeiros, que ainda não tem residência regularizada: vide Lei nº 11.961/2009

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>¹ Wortlaut von § 2° gemäss Gesetz Nr. 3'238 vom 1. August 1957.</p> <p>² Wortlaut von § 5° gemäss Gesetz Nr. 6.515 vom 26. Dezember 1977.</p> <p>³ Durch Verfassungszusatz Nr. 45 vom 8.12.2004 wurde die Zuständigkeit vom Supremo Tribunal Federal auf das Superior Tribunal de Justiça übertragen.</p> <p>⁴ Wortlaut von § 6° gemäss Gesetz Nr. 12'036 vom 1. Oktober 2009.</p> <p>⁵ Der Begriff Wohnsitz im internationalen Streitfall betreffend Kinder oder Jugendlicher muss dahingehend interpretiert werden, dass deren Wohnsitz massgeblich ist (AUSLEGUNG des CJF Nr. 408)</p> <p>⁶ Betreffend internationale Adoptionen: siehe Anpassungen des Gesetz 8.069/ 1970 durch Gesetz Nr. 12'010 von 2009: Art. 46, 3. §; 50, 10. §; 51 und 52-D; sowie Haager Adoptionsübereinkommen vom 29.5.1993.</p> <p>⁷ Siehe auch Art. 1544 CC.</p> <p>⁸ Der § hat keine praktische Bedeutung mehr, da seit 2002 die beschränkte Gütergemeinschaft der gesetzliche Güterstand ist (Art. 1'640, KOPFABSATZ, CC).</p> <p>⁹ Da die direkte Scheidung heute ohne Wartefrist möglich ist (Verfassungszusatz Nr. 66 von 2010), wird auch international keine mehr verlangt (STJ 12.05.2011, SEC 5'302 in DJU 07.06.2011).</p> <p>¹⁰ Zur notwendigen vorherigen Anerkennung: Art. 15 LICC und Art. 483 CPC.</p> <p>¹¹ Der Gesetzentwurf 791/2007, den die Kommission für auswärtige Angelegenheiten und nationale Verteidigung guthiess, soll die brasilianischen Konsularbehörden ermächtigen, Scheidungen im Ausland lebender, kinderloser brasilianischer Ehepartner entsprechend dem Gesetz Nr. 11'441/2007 bei entsprechenden Voraussetzungen mittels öffentlicher Urkunde vorzunehmen. In der Schweiz ist eine solche Scheidung von in der Schweiz lebenden Ausländern vor Konsularbehörden des Heimatlandes aber nicht anerkennungsfähig, da die Konsularbehörde nicht als Ausland in diesen Sinne des schweizerischen Gesetz über das Internationale Privatrecht gilt (BGE 110 II 5 ff.).</p> <p>¹⁴ Für Heiraten in Brasilien muss – nach der Praxis vieler Zivilstandsregisterführer - auch der im Ausland geschiedene Ausländer die Scheidung in Brasilien vorher durch das STJ anerkennen lassen, bevor die neue Eheschliessung bewilligt wird.</p> <p>¹³ Diese Regelung steht m.E. im Widerspruch zu Art. 226, I, § 3 und § 5, CF und 1'511 CC, wonach die Eheleute völlig gleichberechtigt sind, somit keiner von ihnen Oberhaupt der Familie sein kann (abgesehen von den Ausnahmen in Art. 1'570 CC).</p> <p>¹⁴ Bei noch nicht zugelassenem Aufenthalt von Ausländern: siehe Gesetz Nr. 11'961/2009 über die provisorische Residenz von Ausländern mit irregulärer Situation im Inland.</p>	
<p>Art. 8° Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.</p> <p>§ 1° Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.</p> <p>§ 2° O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.</p>	<p>Art. 8 Auf die Qualifikation der Güter und die Regelung ihrer Beziehungen ist das Recht des Landes anwendbar, in welchem sie sich befinden.</p> <p>1. §: Es findet das Recht des Wohnsitzlandes des Eigentümers auf bewegliche Güter Anwendung, die er mitgebracht hat oder die für den Transport an andere Orte bestimmt sind.</p> <p>2. §: Das Pfandrecht richtet sich nach dem Recht des Wohnsitzlandes jener Person, in deren Besitz sich die verpfändete Sache befindet.</p>
<p>¹ § 2 bezieht sich nicht auf Hypotheken und Immobiliarnutzpfandrechte (anticrese), die nach sich nach der lex rei sitae richte, sondern auf die Mobilarpfandrechte, bei welchen der Pfandgläubiger diese in Besitz nehmen oder die ein Dritter für den Pfandgläubiger halten muss (Eduardo Espinola/Eduardo Espinola Filho, Lei de Introdução ao Código Civil, 3 volumes, 2ª ed, Renovar editora, Rio de Janeiro 1999, vol. 2, S. 372-378; vgl. auch Maria Helena Diniz, Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada, 11ª ed., São Paulo 2005, LICC, S. 278-282).</p>	

Kommentar [BW26] : § 2° aplica-se ao penhor de coisa móveis que devem ser na posse do credor penhorista e não à hipoteca ou anticrese.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>Art. 9° Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.</p> <p>§ 1° Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.</p> <p>§ 2° A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.</p>	<p>Art. 9 Die Qualifikation von Obligationen und die sie regelnden Bestimmungen richten sich nach dem Recht des Landes, in dem sie begründet wurden.¹</p> <p>1. §: Ist die von einer Form abhängige Obligation dazu bestimmt, in Brasilien eingefordert zu werden, sind bezüglich der äusseren Formerfordernisse die Eigenheiten des ausländischen Rechts zu beachten.</p> <p>2. §: Die aus einem Vertrag entstandene Obligation wird als an dem Ort begründet angesehen, an dem der Antragsteller ansässig ist.</p>
<p>¹ Entsprechend dieser Regel (locus regit actum) werden im Ausland errichtete Testamente in Brasilien anerkannt, wenn sie der Form des Errichtungsortes entsprechen und die speziellen Verfahrensvorschriften über die Testamentseröffnung nicht ausser Acht gelassen wurden (vgl. dazu: Beat Walter Rechsteiner, <i>Algumas Questões jurídicas relacionadas à sucessão testamentária em conexão internacional</i>, RT 90 (2001) S. 99-107 oder siehe auch: Beat Walter Rechsteiner, <i>Aspectos Gerais do Direito das Sucessões no âmbito do direito internacional privado sob a perspectiva do diereito brasileiro</i>, in Leonardo Nemer Caldeira Brant/Délber Andrade Lage/Suzana Santi Cremasco: <i>Direito Internacional Privado Contemporâneo</i>, Juruá editora, Curitiba 2011; S. 278-292,287-289). Vorbehalten ist jedoch das Verbot verbindlich über den Nachlass zu verfügen, bzw. das Gebot der freien Widerruflichkeit, da den Bestimmungen über das Erbvertragsverbot und über gemeinschaftlich, gemeinsame und korrespondente Testamente (Art. 426 und 1'863 CC) in Brasilien der Rang des Ordre Public zukommt; Gleiches gilt für den Trust nach anglo-amerikanischen Recht (ebenso: Rechsteiner, <i>Aspectos ... S. 289 und 291</i>).</p>	
<p>Art. 10 A sucessão por morte ou por ausência obedece a lei do país em que era domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação.</p> <p>§ 1° A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.¹</p> <p>§ 2° A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.</p>	<p>Art. 10 Die Erbfolge von Todes wegen oder Verschollenheit wird durch das Recht des Landes bestimmt, in welchem der Erblasser oder Verschwundene Wohnsitz hatte, unabhängig von der Natur oder der Lage der Güter.</p> <p>1. §: Die Erbfolge für im Inland gelegene Güter eines Ausländers, richtet sich immer nach dem brasilianischen Recht zu Gunsten des Ehepartners oder brasilianischer Kinder oder der sie Vertretenden, sofern nicht das Personalstatut des Erblassers für sie günstiger ist.^{2,3}</p> <p>2. §: Das Gesetz am Wohnsitz des Erben oder Legatnehmers bestimmt seine Erbfähigkeit.⁴</p>
<p>¹ Wortlaut von § 1° gemäss Gesetz Nr. 9'047 vom 18. Mai 1955.</p> <p>² Art. 5 Ziffer XXXI CF: „Die Erbfolge für in Brasilien gelegene Güter richtet sich zu Gunsten des Ehegatten oder brasilianischer Kinder immer nach brasilianischem Recht, sofern nicht das Personalstatut des Erblasseres günstiger für sie ist.“</p> <p>³ M. E. ist die Regel auch auf die überlebenden Lebenspartner anwendbar, die grundsätzlich heute gleichberechtigt anerkannt werden (siehe Art. 226, I, § 3 und 5, CF). Allerdings ist dieser auch nicht in Art. 5 Ziffer XXXI CF erwähnt.</p> <p>⁴ Die Fähigkeit zu erben, ist von der Erbenqualität zu unterscheiden: Die Frage, wer als Erbe berufen ist, beurteilt sich nach dem Recht am Wohnsitz des Verstorbenen. Ob diese so ermittelte Person zu erben fähig ist, richtet sich nach dessen Wohnsitz (STJ 17.6.1997 in DJU vom 8.9.1997, S. 42507; REsp 61434-SP).</p>	

Kommentar [BW27]: Testamento s redigidos no estrangeiro nas formas da lei daquele país são válidos, quando respeitam a proibição de testamentos correspectivos e de contratos sucessórios (art. 426 e 1'863 CC) que são de ordem pública brasileira.

Kommentar [BW28]: Redação do § 1° dada pela Lei n° 9.047/1955.

Kommentar [BW29]: Vide também art. 5, XXXI CF.

Kommentar [BW30]: Segundo meu entendimento deve ser aplicado também ao companheiro sobrevivente, vide art. 226, I, § 3 e 5 CF .

Kommentar [BW31]: Quem será chamado como herdeiro é determinado segundo a Lei do último domicílio do de cujus. Se este, assim chamado, tem a capacidade de ser herdeiro determina a Lei do domicílio daquele (STJ 17.6.1997; REsp 61434.SP).

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>Art. 11 As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.</p> <p>§ 1º Não poderão, entretanto, ter no Brasil, filiais, agências ou nestabelecimentos antes serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira.</p> <p>§ 2º Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis da desapropriação.</p> <p>§ 3º Os Governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.</p>	<p>Art. 11 Organisationen, die kollektive Interessen zum Ziel haben, wie Gesellschaften und Stiftungen, folgen dem Recht des Staates, in dem sie gegründet wurden.</p> <p>1. §: Indessen können sie keine Filialen, Agenturen oder Betriebsstätten in Brasilien halten, bevor die Gründungsakten durch die brasilianische Regierung anerkannt wurden und sie Subjekte des brasilianischen Rechts geworden sind.</p> <p>2. §: Ausländische Regierungen als auch Organisationen jeglicher Art, die sie gegründet haben, leiten oder in die sie in Erfüllung öffentlicher Aufgaben investiert haben, können in Brasilien keine Immobilien oder enteignungsfähige Güter erwerben.</p> <p>3. §: Ausländische Regierungen können das Eigentum an Bürogebäuden erwerben, die als Sitz für ihre diplomatischen Vertreter und konsularischen Agenturen erforderlich sind.</p>
<p>Art. 12 É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver a ser cumprida a obrigação.</p> <p>§ 1º Só a autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.</p> <p>§ 2º A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o "exequatur" e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando desta lei, quanto ao objeto das diligências.</p>	<p>Art. 12 Die brasilianischen Gerichtsbehörden sind zuständig, wenn der Beklagte Wohnsitz in Brasilien hat oder die Obligation hier zu erfüllen ist.¹</p> <p>1. §: Für Klagen betreffend in Brasilien gelegener Grundstücke^{2,3} sind ausschliesslich⁴ brasilianische Gerichtsbehörden zuständig.</p> <p>2. §: Von ausländischen Behörden beantragte Massnahmen, die nach diesem Gesetz in deren Zuständigkeit fallen, werden von brasilianischen Behörden vollzogen, indem die Vollstreckung in den nach brasilianischem Recht vorgesehenen Formen bewilligt wird.</p>
<p>¹ Art. 88, KOPFABSATZ, III, CPC, anerkennt die brasilianische Zuständigkeit zusätzlich, wenn die Klage sich auf Tatsachen oder Vorfälle stützt, die in Brasilien geschehen sind oder praktiziert wurden.</p> <p>² Nach Art. 80, Abschnitt II, CC gelten auch die Rechte an der eröffneten Erbschaft als Grundstücke; vgl. auch zur ausschliesslichen Kompetenz in Erbsachen Art. 89 II CPC: Unabhängig vom letzten Wohnsitz des Erblassers ist ausschliesslich der brasilianische Richter zuständig, soweit sich in Brasilien gelegenes bewegliches oder unbewegliches Vermögen im Nachlass befindet. Ein ausländisches Urteil, welches über das Erbrecht betreffend Güter in Brasilien befindet, ist nicht anerkennbar (STF, SE 3'780 in RTJ 121, 1987, 924-926; STJ vom 15.06.2011, SEC 3532, in DJU vom 1.8.2011).</p> <p>³ Der brasilianische Richter ist auch bei letztem Wohnsitz des Erblassers in Brasilien nicht für die ausserhalb von Brasilien gelegenen Nachlassgüter zuständig (STF, REx 99'230 vom 24.5.1984 in RTJ 110, 1984, 750-762; STJ 25.11.2002, REsp 397769, in DJU vom 17.02.2002; siehe auch: Beat Walter Rechsteiner, Aspectos Gerais do Direito das Sucessões no âmbito do direito internacional privado sob a perspectiva do direito brasileiro, in Leonardo Nemer Caldeira Brant/Délber Andrade Lage/Suzana Santi Cremasco: Direito Internacional Privado Contemporâneo, Jurua editora, Curitiba 2011; S. 278-292, 281).</p> <p>⁴ Umstritten ist bis heute die Anerkennung von Scheidungsurteilen, wenn diese über in Brasilien befindliche Grundstücke befinden [dazu Wolf, Divórcio – siehe Note 5 zu Art. 17 - cap. 10.3] Sofern nicht beide Parteien die Homologation beantragen, wird bisher diese ausländischen Urteilen soweit verweigert, als diese auch über in Brasilien gelegene Grundstücke befinden (STJ vom 12.5.2011, SEC 5'302; in DJU 14.06.2011; siehe auch Antenor Madruga, Sentença estrangeira não pode dividir bens no Brasil, www.conjur.com.br/2011-ago-31/cooperacao-internacional-sentenca-estrangeira-nao-dividir-bens-pais).</p>	

Kommentar [BW32]: Segundo art. 88 caput, II CPC compete ao juiz brasileiro também conhecer o caso, quando o ato ocorreu ou foi praticado no Brasil.

Kommentar [BW33]: Art. 80 II CC define que os direitos à sucessão aberta são imóveis: independentemente do último domicílio do de cujus, compete exclusivamente ao juiz brasileiro conhecer o inventário e a partilha sobre valores móveis ou imóveis situados no Brasil.

Kommentar [BW34]: Mesmo sendo o cujus domiciliado no Brasil, não compete ao juiz brasileiro proceder o inventário e a partilha dos bens situados fora do país (RTJ 110/750).

Kommentar [BW35]: Debatido é a homologação de sentença estrangeira de divórcio, caso este conheça sobre imóveis no Brasil. Em 2011 o STJ negou parcialmente a homologação.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
Art. 13 A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.	Art. 13 Der Beweis von Tatsachen, die in einem anderen Land aufgetreten sind, erfolgt sowohl bezüglich der Last als auch hinsichtlich der Art, sie zu produzieren, nach dem dort gültigen Recht, ohne dadurch dem brasilianischen Recht unbekannte Beweismittel vor brasilianischen Gerichten zuzulassen.
Art. 14 Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca provado texto e da vigência.	Art. 14 Falls der Richter ein ausländisches Recht nicht kennt, kann er von demjenigen, der sich darauf beruft, den Nachweis des Wortlautes und seiner Gültigkeit verlangen.
Art. 15 Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: <ol style="list-style-type: none"> haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revistada das formalidades necessárias para execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por interprete autorizado; ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça. 	Art. 15 Das im Ausland ausgesprochene Urteil wird in Brasilien vollstreckt, sofern es folgende Anforderungen erfüllt: <ol style="list-style-type: none"> dass es von einem zuständigen Richter gefällt worden ist; dass die Parteien geladen worden sind oder ihre Säumnis rechtmässig festgestellt wurde; dass es in Rechtskraft erwachsen und nach dem am Ort, an dem es gefällt ist, in den Formen nachgeprüft wurde, die für eine Vollstreckung erforderlich sind; dass es vom einem zugelassenen Dolmetscher übersetzt worden ist; dass es vom Oberen Bundeszivilgericht anerkannt wurde.
Parágrafo único:	Einziger PARAGRAPH: (aufgehoben)

¹ Durch Verfassungszusatz Nr. 45 vom 8.12.2004 wurde die Kompetenz vom Supremo Tribunal Federal auf das Superior Tribunal de Justiça übertragen.

² Litera e: Wortlaut gemäss Gesetz Nr. 12'036 vom 12. Oktober 2009.

³ Einziger Paragraph: Aufgehoben durch das Gesetz Nr. 12'036 vom 12. Oktober 2009

⁴ Vgl. auch Art. 483 CPC und Beschlusses (Resolução) Nr. 9 vom 4. Mai 2005 des Präsidiums des STJ.

⁵ Vgl. bzgl. schweizerische Urteile: Burkard J. Wolf, *Scheidung einer schweizerisch-brasilianischen Ehe unter Berücksichtigung des neuen Scheidungsrecht der Schweiz - einschliesslich des Anerkennungsverfahrens in Brasilien*, St. Gallen/Lachen SZ 2001.

⁶ Ohne vorgängige Homologation hat das ausländische Urteil keinerlei Rechtswirkungen in Brasilien (Art. 483 CPC).

⁷ Selbst wenn der Entscheid im Ausland einer Administrativbehörde obliegt (bspw. schweizerische Adoption) obliegt oder der freiwilligen Gerichtsbarkeit unterstellt ist, kann ein solcher Entscheid vom STJ anerkannt werden und die Anerkennung ist auch in diesen Fällen für die Wirksamkeit in Brasilien erforderlich.

⁸ Betreffend Schiedsurteile siehe Gesetz Nr. 9'307 vom 23.9.1996 (www.law-wolf.ch/docs/Lei%20de%20Arbitragem.pdf) über das Schiedsgerichtswesen sowie New Yorker Konvention vom 10. Juni 1958 betreffend Schiedsurteile.

⁹ Die Liste in Art. 15 LICC ist nicht ganz vollständig. Neben den hier aufgelisteten Anforderungen verlangt Art. 5, Zif. IV, des Beschlusses (Resolução) n° 9 vom 4. Mai 2005 des Präsidiums des STJ bspw. noch die Überbeglaubigung aller Dokumente, Vollmachten usw. durch das brasilianische Konsulat im Land ihrer Herkunft. Weiter kann man dem Beschluss Hinweise auf Dokumente entnehmen, die zwar nicht erforderlich sind, aber die Anerkennung vereinfachen und beschleunigen, wie etwa die Zustimmung jener Personen, die neben der um Homologation ersuchenden Partei am ursprünglichen Prozess beteiligt waren.

¹⁰ Die Zuständigkeit muss gemäss ausländischer lex fori bestehen und die Materie darf nicht ausschliesslich dem brasilianischen Richter vorbehalten sein. Betreffend letzterem, siehe auch Art. 12, § 1, LICC und Anmerkung 1 zu Art. 17 LICC.

¹¹ Verlangt ist eine Übersetzung von einem vor brasilianischen Gerichten zugelassenen „interprete juramentado“, gemäss Art. 157 CPC (STF vom 12.03.1988, in RTJ 168, S. 808 ff.; DJU 11.9.1988, p. 7).

Kommentar [BW39]: Vide também art. 483 CPC e resolução n° 9 de 4/5/2005 da presidência do STJ.

Kommentar [BW40]: Sobre a homologação de sentenças suíças vide Wolf, : „Divórcio de um Casal Suíço-Brasileiro sob o Prisma do Novo Diploma Legal Suíço – inclusive a Homologação no Brasil“.

Kommentar [BW41]: Sem prévia homologação não tem nenhuma eficácia no Brasil, art. 483 CPC.

Kommentar [BW42]: Caso a decisão compete na estrangeira à autoridade administrativa esta pode ser homologada e necessita-se da prévia homologação para ter eficácia no Brasil.

Kommentar [BW43]: Sobre sentenças de arbitragem vide Lei n° 9307/1996 e a Convenção de Nova Iorque de 1958.

Kommentar [BW44]: Outras exigências ou documentos que facilitam a homologação, vide Resolução n° 9/2005 da presidência do STJ.

Kommentar [BW45]: Competente segundo a *lex fori* e não pode ser competência exclusiva do juiz brasileiro; vide a seguir o 1° comentário ao art. 17 LICC.

Kommentar [BW46]: Necessita-se tradução por tradutor juramentado no Brasil (STF 12.03.1988, in RTJ 168, S. 808 ff.).

Kommentar [BW36]: Emenda Constitucional n° 45/2004 passou a competência ao STJ.

Kommentar [BW37]: Atualizada pela Lei 12.036 de 2009.

Kommentar [BW47]: Necessita-se tradução por tradutor juramentado no Brasil (STF 12.03.1988, in RTJ 168, S. 808 ff.).

Kommentar [BW38]: Parágrafo único revogado pela Lei 12.036/2009.

Kommentar [BW48]: Escrito em ambas as línguas (port./alemão), título oficial em português: „Divórcio de um Casal Suíço-Brasileiro sob o Prisma do Novo Diploma Legal Suíço – inclusive a Homologação no Brasil“.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
Art. 16 Quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.	Art. 16 Wenn nach den vorstehenden Artikeln ein ausländisches Recht anzuwenden ist, ist jenes Recht zu beachten, ohne eine Weiterverweisung auf anderes Recht zu berücksichtigen. ¹
¹ <i>Ob auch ein Rückverweis [renvoi (port.: reenvio)] auf das heimische Recht unbeachtlich oder mit „anderes Recht“ nur der Weiterverweis auf fremdes Recht (reenvio de segundo grau) gemeint ist, ist in der brasilianischen Lehre umstritten. Der überwiegende Teil der jüngeren Lehre nimmt aber an, dass ein Verweis des brasilianischen Rechts auf fremdes Recht nicht als Gesamtverweis zu verstehen ist, sondern nur das landesinterne Recht des ausländischen Staates anwendbar erklärt, so dass folgerichtig auch ein Rückverweis auf brasilianisches Recht nicht zu beachten ist (vgl.: Jo Hee Moon, Moderno Direito Internacional Privado, LTr. editora, São Paulo 2001, S. 190; ebenso: Maria Helena Diniz, Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada, 11^a ed., São Paulo 2005, zu Art. 16 LICC; Zum Theorienstreit siehe: Jacob Dolinger, Direito Internacional Privado, Parte Geral, 7^a ed., Rio de Janeiro/São Paulo 2003, S. 359-366).</i>	
Art. 17 As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.	Art. 17 Ausländische Gesetze, Rechtsakte und Urteile sowie auch jegliche Willenserklärungen sind in Brasilien rechtsunwirksam, falls sie gegen die nationale Souveränität, ^{1, 2} den Ordre Public ^{3, 4, 5} oder die guten Sitten verstossen.
¹ <i>Die nationale formelle Souveränität verletzt ein ausländischer Rechtsakt, wenn die Materie gemäss brasilianischem Recht ausschliesslich in die Kompetenz der heimischen Richter und Behörden fällt (soberania judicativa). Die materielle nationale Souveränität verbietet die Anerkennung weil bspw. a) der Anwendung des vom fremden Richter zu Grunde gelegten ausländischen Rechts, heimische Eingriffsnormen (normas de aplicação imediata/imperativa) entgegenstehen (ausschliesslicher Anwendungsanspruch eines nationalen Gesetzes; soberania da legislação nacional), oder b) der ausländische Staat in die Rechtsbeziehung von Brasilien zu seinen Bürgern eingreift, indem er etwa von diesen den Verzicht auf die brasilianische Staatsbürgerschaft oder die Sicherheitshinterlegung des brasilianischen Passes bei einem ausländischen Amt verlangt.</i> ² <i>Nicht explizit genannt wird in Art. 17 LICC die Frage der kollidierenden Urteile bzw. der res judicata, welche m.E. ebenfalls unter die soberania judicativa subsumiert werden kann. Zu beachten ist bei parallelen Prozessen im In- und Ausland, dass für den brasilianischen Richter die Litispizienz der Sache vor ausländischem Gericht ebenso unbeachtlich ist (Art. 90 CPC), wie eine im Ausland in Rechtskraft erwachsene Entscheidung, die noch nicht in Brasilien vom STJ homologiert wurde und somit keine Rechtswirkungen im Inland entfaltet (Art. 15 LICC; Art. 483 CPC). Erst wenn der Prozess der Homologation des rechtskräftigen ausländischen Urteils vor dem STJ eingeleitet wurde, kann die Sistierung des brasilianischen Prozesses gemäss Art. 265, IV, a, CPC beantragt werden (vgl. Ernane Fidélis dos Santos, Manual de Processo Civil, 9^a ed., Saraiva editora, São Paulo 2003, vol. 3, Nr. 888). Umgekehrt verbietet eine in der Streitsache ergangene brasilianische res judicata die spätere Homologation eines ausländischen Urteils in gleicher Angelegenheit.</i> ³ <i>Das ausländische Urteil verletzt den nationalen formellen Ordre Public, wenn das Verfahren, in dem es erging, fundamentale, unverzichtbare Verfahrensregeln des heimischen Rechts verletzt hat (insb. das rechtliche Gehör nicht gewährt wurde). Dem materiellen Ordre Public läuft es zu wider, falls das Ergebnis im konkreten Einzelfall zu einem unvereinbarem Widerspruch zum elementaren brasilianischen Rechtsempfinden steht (vgl. Haraldo Valladão, Direito Internacional Privado, vol. 1, Introdução e Parte Geral, 2^a ed., Rio de Janeiro & São Paulo 1970, S. 502, N. 8).</i> ⁴ <i>Der Begriff Ordre Public wird in Brasilien aber häufig auch als Oberbegriff für den Vorbehalt von nationaler Souveränität, Ordre Public und Gute Sitten verwendet, wodurch der Charakter des „fundamentalen Prinzips“ des heimischen Rechtsempfindens verlorengeht (siehe auch Kritik bei Burkard J. Wolf, Scheidung einer schweizerisch-brasilianischen Ehe unter Berücksichtigung des neuen Scheidungsrecht der Schweiz - einschliesslich des Anerkennungsverfahrens in Brasilien, St. Gallen/Lachen SZ 2001, S. 160 f.).</i> ⁵ <i>Siehe auch Anmerkung 1 zu Art. 9 LICC am Ende zum Verbot von Erbvertrag und korrespondierenden Testamenten.</i>	
Art. 18¹ Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos do registro civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do consulado.	Art. 18 Die brasilianischen Konsularbehörden sind befugt, Eheschliessungen von Brasilianern, die übrigen Akte des Zivilstandsregisters sowie öffentliche Beurkundungen vorzunehmen, einschliesslich des Geburts- und Todesregisters von Brasilianern, die im Land geboren sind, in dem das Konsulat seinen Sitz hat. ^{2, 3, 4}

Kommentar [BW49] : O ato estrangeiro ofende a soberania formalmente, quando a lei brasileira exige competência exclusiva do juiz ou da autoridade administrativa do Brasil (competência exclusiva judicativa ou soberania judicativa). É ofensa material, por exemplo, se houver conflitos com normas de aplicação imperativa/imediata (competência exclusiva da legislação nacional; soberania da legislação nacional) ou se o ato estrangeiro prejudica as relações do Brasil com os seus próprios cidadãos, como é o caso, quando o país estrangeiro exige de alguém a renúncia da nacionalidade brasileira ou o depósito preventivo do passaporte brasileiro numa autoridade alienígena etc.

Kommentar [BW50] : Não é expressamente mencionada o problema da *res judicata*, que poderá, no meu ponto de vista, ser também aspecto da soberania judicativa. Observe-se a irrelevância de litispizienz internacional (art. 90 CPC) e que uma sentença estrangeira, transitado em julgado, somente tem eficácia no Brasil após da homologação. Do outro lado uma *res judicata* no Brasil proibe a homologação da sentença estrangeira.

Kommentar [BW51] : A sentença estrangeira ofende a ordem pública formal, quando o processo desrespeita regras processuais, que são fundamentais e essenciais para o entendimento jurídico brasileiro (especialmente quando não ofereceu um direito de ser ouvido). É ofensa ..

Kommentar [BW52] : Muitas vezes usa-se o termo „ordem pública“ de maneira, que inclui „os bons costumes“ e a „soberania nacional“. Assim perde o caráter de uma regra „fundamental e irrenunciável“ do sentimento ético-jurídico.


Kommentar [BW53] : Escrito em ambas as línguas (port./alemão), título oficial em português: „Divórcio de um Casal Suíço-Brasileiro sob o Prisma do Novo Diploma Legal Suíço – inclusive a homologação no Brasil“

Kommentar [BW54] : Redação dada pela Lei n° 3.238/1957.

Kommentar [BW55] : Vide, no texto anterior do art. 7 LICC, no final do comentário n° 10.

Kommentar [BW56] : Mesmo quando morar fora do Brasil o Consulado do Brasil em Zurique exegiu em casos recentes, além do registro no Consulado, o registro no Cartório no Brasil dentro de um prazo de 180 dias. Segundo o CC somente ..

Kommentar [BW57] : Sem ter residência no Brasil pode registrar as mudanças no 1° Catório de Registro Civil do Distrito Federal.

Lei de Introdução	Einführungsgesetz
<p>¹ Wortlaut gemäss Gesetz Nr. 3'238 vom 1. August 1957.</p> <p>² Siehe auch Anmerkung 10 zu Art. 7 LICC.</p> <p>³ Obwohl das Manual de Serviço Consular e Jurídico (Zif. 4.2.2) wie auch Art. 1'544 CC nur eine Registrierung innert 180 Tagen im Falle einer „Rückkehr“ nach Brasilien vorschreiben, verlangte das brasilianische Konsulat in Zürich in seiner neusten Praxis verschiedentlich die zusätzliche die Registrierung von Zivilstandsänderungen, Geburten usw. in Brasilien innert 180 Tagen auch dann, wenn der Brasilianer oder die Brasilianerin nicht nach Brasilien zurückgekehrt war, sondern weiterhin in der Schweiz wohnte. Eine solche Frist ergibt sich auch nicht aus dem Gesetz über die öffentlichen Register (Gesetz Nr. 6'015 vom 31.12.1973).</p> <p>⁴ Bei fehlendem Wohnsitz in Brasilien ist die Registrierung im 1° Zivilregisterbüro von Brasília/DF möglich (Art. 32, 1. §, des Gesetzes über die öffentlichen Register, Gesetz Nr. 6'015 vom 31.12.1973)</p>	
<p>Art. 19 </p> <p>Reputam-se válidos todos os atos indicados no artigo anterior e celebrados pelos cônsules brasileiros na vigência do Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que satisfaçam todos os requisitos legais.</p> <p>Parágrafo único: No caso em que a celebração desses atos tiver sido recusada pelas autoridades consulares, com fundamento no art. 18 do mesmo Decreto-lei, ao interessado é facultado renovar o pedido dentro de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei.</p>	<p>Art. 19</p> <p>Als rechtsgültig gelten alle im vorangehenden Artikel genannten Akte, die durch brasilianische Konsule während der Gültigkeit des Gesetz Nr. 4'657 vom 4. September 1942 vorgenommen wurden, wenn sie die erforderlichen Voraussetzungen erfüllen.</p> <p>Einziges PARAGRAPH: Falls die Durchführung des Aktes durch die konsularische Behörde verweigert worden ist, steht es dem Interessierten frei, gestützt auf Art.18 dieses Gesetzesdekrets das Gesuch innert 90 Tagen seit dessen Publikation zu erneuern.</p>
<p>¹ Angefügt durch Gesetz Nr. 3'238 vom 1. August 1957.</p>	

Kommentar [BW58]: Incluído pela Lei n° 3.238/1957.